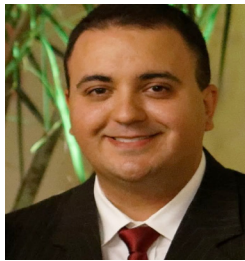




MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE ARAXÁ E REGIÃO

Entre Documentos e Lendas: A Verdadeira História de Ana Jacinta de São José, a Dona Beja



Fabricio de Avila Ferreira: Natural de Araxá, é um estudioso da história da cidade, com um extenso acervo fotográfico e documental que retrata a trajetória de Araxá e de suas famílias, fruto de mais de trinta anos de pesquisa. É biólogo especializado em Ciências Ambientais, professor e funcionário público.



Anna Jacinta de São José – a Dona Beja

A trajetória de Dona Beja, registrada oficialmente como Ana Jacinta de São José, revela um contraste entre os fatos documentados e a versão lendária consagrada pela tradição popular.

De acordo com registros paroquiais e documentos civis do século XIX, Ana Jacinta de São José nasceu no ano de 1800, na região de Pains, então vinculada a São Bento do Tamanduá e, posteriormente, incorporada ao município de Formiga. Ainda criança, por volta dos cinco anos de idade, mudou-se com a família para Araxá, onde passaria a maior parte da vida e construiria sua notoriedade histórica. Ela faleceu em 1873, em Bagagem — localidade que atualmente corresponde ao município de Estrela do Sul. As informações são sustentadas por registros de batismo, óbito e outros documentos oficiais, que confirmam sua existência e seus vínculos familiares.

Também há comprovação documental da atuação do ouvidor Joaquim Inácio Silveira da Mota, magistrado que exercia funções na região e com quem se afirma que Ana Jacinta manteve relacionamento. No entanto, não há registros oficiais que confirmem o alegado “rapto” narrado pela tradição oral, nem documentos que comprovem que ela tenha vivido por determinado período em Paracatu.

Por outro lado, segundo relatos transmitidos oralmente por seus descendentes ao longo das gerações, o rapto de fato teria ocorrido. Essa versão é associada à sua ascensão social abrupta — de menina pobre, filha de mãe solteira, à condição de proprietária de um sobrado e de escravizados na área central de Araxá — fato que, para a tradição familiar, reforça a veracidade do episódio.

A interpretação considerada mais plausível por parte dos pesquisadores, contudo, é a de que tenha havido uma relação estável ou de concubinato — prática relativamente comum entre membros das elites coloniais e imperiais. O caráter dramático atribuído ao episódio, nessa perspecti-

va, resultaria de construções posteriores que contribuíram para a consolidação do mito em torno de Ana Jacinta de São José.

Inventários e documentos patrimoniais demonstram que Dona Beja possuía terras, bens e pessoas escravizadas, indicando que detinha patrimônio significativo para uma mulher do século XIX. Esses registros revelam que administrava seus próprios interesses econômicos, evidenciando autonomia financeira e inserção ativa na dinâmica local. Tal realidade contrasta com a imagem simplificada de cortesã sedutora difundida pela cultura popular.

Os registros também confirmam que teve duas filhas, Theresa e Joana, cujos batismos constam nos livros paroquiais. Há ainda menções a disputas judiciais envolvendo seu nome, o que sugere sua participação nas redes de poder e nos conflitos sociais da região. Esses elementos reforçam a ideia de que não era uma figura marginal, mas alguém integrada às estruturas sociais e jurídicas de seu tempo.

Por outro lado, muitos dos episódios mais conhecidos de sua biografia carecem de comprovação documental. Não há registros que confirmem formalmente a existência de uma casa de prostituição sob sua responsabilidade, nem provas consistentes sobre episódios de vingança, escândalos públicos ou banhos nus atribuídos a ela. Tais narrativas ganharam força sobretudo em relatos literários posteriores e em representações artísticas do século XX.

Ainda assim, o mito construído em torno de Dona Beja desempenha papel relevante na formação da memória cultural de Minas Gerais e do Brasil. A personagem lendária, marcada por beleza, ousadia e enfrentamento das convenções morais, tornou-se símbolo de transgressão e autonomia feminina em um contexto historicamente conservador. Mesmo que muitos elementos não encontrem respaldo documental, a força dessa narrativa ajudou a preservar seu nome no imaginário coletivo, impulsionando produções literárias, televisivas e turísticas e consolidando sua figura como parte importante do patrimônio simbólico regional.

A “verdadeira” Dona Beja documentada é menos escandalosa e mais complexa: uma mulher que navegou as estruturas patriarcais do Brasil imperial usando as ferramentas disponíveis — relações, patrimônio e autonomia econômica — em vez de apenas sedução e rebeldia teatral.

A Autenticidade Confirmada da Fotografia de Ana Jacinta de São José

A única fotografia conhecida de Ana Jacinta foi cuidadosamente preservada por seus descendentes e, posteriormente, confiada por sua bisneta, Maria José Borges (Dona Zizi), ao jornalista e pesquisador Pedro Divino Rosa, conhecido como Pedro Popó, assegurando a legitimidade e a procedência familiar do registro. A autenticidade histórica da imagem é ainda reforçada pela existência de uma fotografia de sua filha, Joana de Deus, feita no mesmo cenário, na mesma ocasião e com a mesma cadeira torneada, evidenciando coincidências que confirmam a veracidade do registro visual.



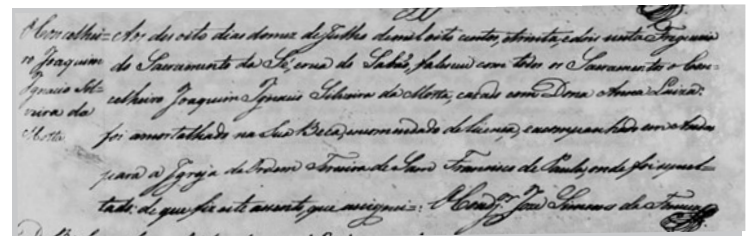
Joanna de Deus de São José

“Influência e Incerteza: Minas Gerais e a Desanexação do Triângulo Mineiro”

A expansão de Minas Gerais sobre o Triângulo Mineiro — então parte da Província de Goiás — culminou em 1816, impulsionada por interesses econômicos, administrativos e estratégicos, como o controle fiscal, a integração das rotas comerciais e o fortalecimento da agropecuária. Com o declínio da mineração aurífera, a elite mineira buscava consolidar sua influência na região, enviando sucessivos requerimentos ao ouvidor para justificar a desanexação, com base na proximidade geográfica e na eficiência administrativa.

Nesse contexto, a figura de Dona Beja surge em tradições populares não apenas como uma personalidade marcante da região, mas como alguém que poderia ter exercido influência junto ao Ouvidor, possivelmente mediando interesses ou favorecendo articulações políticas. Relatos orais sugerem que seu relacionamento com a autoridade poderia ter facilitado certas decisões, embora não haja documentação formal que comprove sua atuação direta. Assim, entre a documentação oficial, que apresenta argumentos consistentes, e a tradição oral, que lhe atribui um papel decisivo, situa-se uma zona de indeterminação histórica, deixando lacunas na narrativa oficial e na compreensão de seu real impacto sobre o processo de desanexação.

Para atestar a existência do ouvidor Joaquim Inácio Silveira da Mota, apresentamos o respectivo registro de óbito, documento que confirma sua presença histórica:



Transcrição do registro de óbito de Joaquim Inácio Silveira da Mota na Freguesia da Sé, Rio de Janeiro: “O Conselheiro Joaquim Inácio Silveira da Mota = Aos desoito dias do mez de Julho de mil oitocentos e trinta e dois, nesta Freguesia de Sacramento da Sé, rua do Sabão, faleceu com todos os Sacramentos o Conselheiro Joaquim Ignacio Silveira de casado com Dona Anna Luiza: Foi amortalhado na Sua Beca, encomendado de licença, e acompanhado com o Andor para a Igreja da Ordem Terceira de Sam Francisco de Paula, foi sepultado: de que fiz este assento, que assignei :O Vigário José Simões da Fonseca”

Sebastião de Affonseca e Silva: O Mentor do Mito de Dona Beja



Filho de João Maximiano de Affonseca e Silva e Francisca de Paula Eremita, Sebastião de Affonseca e Silva destacou-se em Araxá como farmacêutico e memorialista, tornando-se figura central na preservação da história local. Convivendo com diversos descendentes de Dona Beja e tendo acesso a relatos familiares e documentos antigos, reuniu importantes subsídios históricos que embasaram suas narrativas, sendo reconhecido como o grande “mentor” do Mito Dona Beja, pois ajudou a organizar, interpretar e difundir a história que transformou Ana Jacinta de São José em um dos maiores símbolos culturais e lendários da cidade. Pai de Dom José Gaspar de Affonseca e Silva — que se tornaria arcebispo — e de Dona Agar de Affonseca e Silva, diretora do Grupo Escolar Delfim Moreira por décadas, Sebastião também deixou forte legado familiar nas áreas religiosa e educacional.

A consolidação do mito também se fortaleceu por meio de obras e autores que ampliaram e romantizaram a narrativa, projetando-a em âmbito nacional. Destacam-se, nesse processo, Thomas Leonardos, autor do romance Dona Beija, a Feiticeira de Araxá; Agripa de Vasconcelos, que escreveu A Vida em Flor de Dona Beja; e Ângelo D’Avila, autor de Dona Beja: A Flor do Pecado. Essas obras conferiram ampla difusão literária à personagem. Soma-se a elas a adaptação televisiva Dona Beija, exibida pela Rede Manchete, que levou a história ao grande público e ampliou ainda mais sua repercussão. Tais produções reforçaram os elementos lendários e dramáticos da trajetória de Dona Beja, consolidando de forma definitiva sua imagem no imaginário coletivo brasileiro.

Desse modo, ao atravessar gerações— da literatura ao folhetim televisivo e, mais recentemente, ao streaming — a narrativa de Dona Beja reafirma sua vitalidade e capacidade de reinvenção. Cada nova interpretação não apenas reatualiza o mito, mas também o ressignifica à luz das sensibilidade de seu tempo. A releitura lançada pela HBO Max em 2026 confirma a permanência dessa figura no imaginário cultural brasileiro, demonstrando que sua história continua a provocar fascínio, debate e novas leituras, consolidando-a como um dos mitos femininos mais duradouros da tradição nacional.

Anna Jacinta e a Família do Padre Francisco: Herança, Poder e Conflitos em Araxá

Francisco José da Silva (nascido em 20 de dezembro de 1771, em Tiradentes — falecido em 4 de agosto de 1846) representa, sob diversos aspectos, o perfil característico do clero sertanejo mineiro na primeira metade do século XIX. Filho de Gregório José da Silva Botelho e Thereza Thomázia de Jesus, inseriu-se nas estruturas locais de poder como sacerdote, proprietário rural de recursos expressivos e agente de influência política.

Em Araxá, onde residiu por longos anos, desempenhou papel relevante na organização político-administrativa e na dinâmica social da vila, integrando-se às redes familiares e partidárias que estruturavam o poder regional.

No contexto da Revolução Liberal de 1842, em Minas Gerais, sua atuação — ainda que discreta — alinhou-se ao grupo liberal liderado por seu sobrinho, o coronel Fortunato José da Silva Botelho, o que evidencia sua inserção nas disputas políticas provinciais e o entrelaçamento entre vínculos familiares e posicionamentos partidários.

Em testamento lavrado em dezembro de 1826, declarou não possuir herdeiros ascendentes nem descendentes, em razão do falecimento de seus pais, instituindo como herdeiros Antônio Machado de Moraes, Pedro Amado de São Paulo e TheresaThomázia de Jesus. A documentação posterior, contudo, revela que os dois últimos eram seus filhos naturais; o primeiro, além de sobrinho, era casado com Placidina, também filha do sacerdote. Tais vínculos foram silenciados no texto testamentário, possivelmente com o intuito de resguardar sua memória pública e evitar implicações relativas à disciplina eclesiástica.

Em 1831, os três filhos foram oficialmente legitimados em cartório — Pedro Amado de São Paulo, Placidina Maria de Jesus e TheresaThomázia de Jesus — tornando pública uma descendência anteriormente omitida. TheresaThomázia, homônima de sua avó paterna, Thereza Thomázia de Jesus — mãe do padre —, foi sua afilhada de batismo, o que reforça a complexidade dos vínculos familiares e espirituais que cercavam seu nascimento. Veio ao mundo na fazenda de seu pai, o reverendo vigário do Araxá, propriedade onde Anna Jacinta permaneceu por algum tempo após o parto, evidenciando a proximidade entre ambos.

O testamento do padre registra, ainda, uma dívida de quinhentos mil réis a Anna Jacinta de São José, referente a “serviços prestados”, quantia que deveria ser quitada após sua morte. Recibo datado de 1854, anexado ao inventário, comprova o pagamento do valor, embora assinado por seu genro, uma vez que a beneficiária era analfabeta. À luz da legitimação dos filhos e da análise do conjunto documental, é plausível interpretar tal débito como forma dissimulada de dote destinado à mãe de TheresaThomázia, encobrendo uma relação de concubinato clerical — prática não incomum no contexto do clero rural oitocentista.

O censo de Araxá de 1832 oferece elementos adicionais para a compreensão da trajetória de Anna Jacinta. Nele,

ela aparece como chefe de fogo, aos 32 anos, acompanhada de Maria Bernarda — identificada como sua mãe, com 56 anos — e de alguns escravizados. O registro não apenas evidencia sua autonomia econômica e posição social já consolidada, mas também contraria a narrativa segundo a qual sua mãe teria falecido quando ela ainda era criança. A ausência de TheresaThomázia no mesmo recenseamento sugere que a menina provavelmente estivesse sendo criada junto à família paterna, o que reforça a hipótese de reconhecimento e incorporação, ainda que informal, no círculo familiar do sacerdote.

6.º	Anna Jacinta	Branca	32	Solteira
	Maria Bernarda	B.	56	Solteira
	Martinho	Africano	16	Cativeiro
	Domingos	Africano	15	Cativeiro
	João	Africano	10	Cativeiro
	Salvador	Criolo	9	Cativeiro
	Antônio	Criolo	1	Cativeiro
	Theriana	Criolo	20	Cativeiro
	França	Parda	18	Cativeiro
	Delfina	Africana	12	Cativeiro

Registro de Anna Jacinta no censo de 1832

TheresaThomásianasceu em 15 de fevereiro de 1819, e casou-se com Joaquim Ribeiro da Silva Botelho, filho de José da Silva Botelho, irmão do padre Francisco. A filha do casal, Theodora Fortunata, por sua vez, contraiu matrimônio com o coronel Fortunato José da Silva Botelho, seu tio, reforçando a recorrente estratégia de alianças endogâmicas no interior do grupo familiar. A trajetória dessa neta de Anna Jacinta — identificada pela tradição local como Dona Beja — foi, contudo, marcada por desfecho trágico: Theodora Fortunata faleceu em decorrência do parto, deixando viúvo o coronel Fortunato.

Após esse episódio, Anna Jacinta moveu contra o genro um processo judicial, pleiteando a herança da neta falecida, na condição de sua única ascendente direta viva. A iniciativa revela não apenas a centralidade dos interesses patrimoniais, mas também a disposição de enfrentar a elite local. Ao acionar judicialmente um coronel de reconhecido poder político e econômico, Anna Jacinta expôs-se às tensões de uma sociedade fortemente hierarquizada, afirmando-se como sujeito de direitos em um espaço predominantemente masculino. O processo evidencia, assim, uma dimensão de audácia feminina que contrasta com a imagem passiva frequentemente associada às mulheres daquele contexto.

Historicamente, a interpretação mais aceita aponta que Anna Jacinta, de origem modesta e filha de mãe solteira, engravidou ainda jovem, também fora do matrimônio, em 1819. A partir desse momento, teria contado com apoio financeiro do padre e, possivelmente, com o amparo de outras redes de sociabilidade locais, o que lhe permitiu ascender social e economicamente.

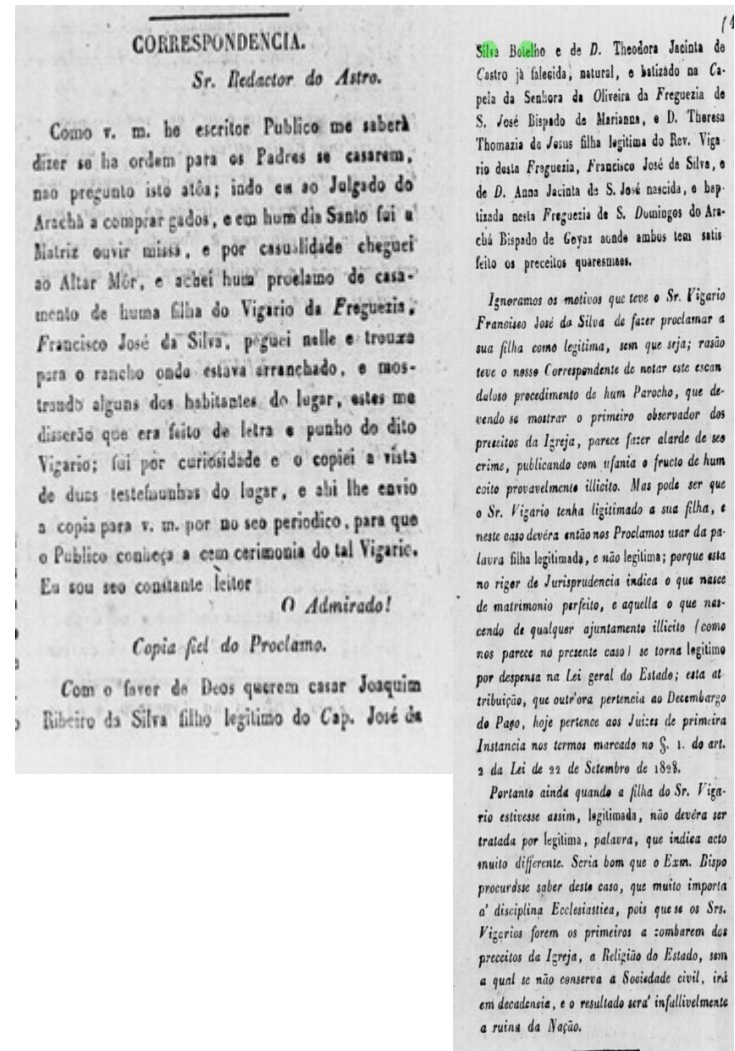
Ao longo dos anos, adquiriu imóveis urbanos, propriedades rurais e pessoas escravizadas, garantindo estabilidade material e posição de destaque na comunidade. A construção de seu sobrado ao lado da residência do padre não apenas evidencia prosperidade, mas também simboliza a permanência de vínculos e a visibilidade social de uma relação que, embora formalmente discreta, se mantinha concreta no espaço urbano.

Por outro lado, carece de base documental consistente a representação, difundida pela tradição local, que a retrata como uma cortesã de luxo. Essa imagem parece resultar mais de construções memorialísticas posteriores do que de evidências históricas diretas.



O sobrado onde Ana Jacinta de São José morou foi posteriormente reformado no início do século XX e passou a abrigar a tradicional Pensão Tormin, situado no coração do centro de Araxá

Notícia publicada no jornal Astro de Minas, criticando a atuação do Padre Francisco, notadamente pai reconhecido de Thereza Thomázia, por ocasião do casamento de sua filha:



A segunda filha de Dona Beja: Joanna de Deus de São José



No dia 14 de julho de 1838, o Reverendíssimo Padre José Ferreira Estrella realizou o batismo solene da pequena Joanna, filha natural de Anna Jacinta de São José. Foram padrinhos o coronel João José Carneiro de Mendonça e o alferes Joaquim Ribeiro da Silva. Para registro oficial, foi lavrado o assento que o padre assinou, em Araxá.

A segunda filha de Dona Beja, Joanna de Deus de São José, segundo a tradição oral e os registros de seus descendentes, teria como pai João José Carneiro de Mendonça Franco, magistrado e filho de João José Carneiro de Mendonça e Dona Josefa Carneiro de Mendonça. Apesar de registrada como filha natural, o fato de ter o avô paterno como padrinho de batismo reforça essa hipótese.

Joanna casou-se com o Coronel Clementino Martins Borges e passou a residir em Bagagem (atual Estrela do Sul), onde seu marido possuía propriedades e atividades comerciais. Ao longo de sua vida, Joanna manteve-se sempre próxima à mãe, acompanhando-a inclusive em seus últimos momentos.

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE ARAXÁ E REGIÃO



Clementino Martins Borges

A Existência de “Antonio/Manoel Sampaio” e sua relação com Dona Beja

Com base em um documento oficial e em recurso ao Superior Tribunal de Justiça do Império, aconteceu o assassinato de um fazendeiro chamado Manoel Fernandes de Sampaio, ocorrido em 1836 na vila de Araxá, onde a maioria das testemunhas apontou como mandante o bacharel João Carneiro de Mendonça Franco, membro de influente família ligada por alianças políticas e tido como o pai de Joanna de Deus de São José. O processo foi marcado por vícios, suspeitas de favorecimento, interferências políticas — inclusive envolvendo o então ministro da Justiça Paulino Limpo de Abreu, parente do acusado — e terminou com a absolvição de João Carneiro pelo júri, a condenação do executor e posterior recurso da família da vítima, que acabou não produzindo efeito definitivo devido à demora judicial e à morte do acusado em 1841. Conclui-se que, embora não haja prova cabal da motivação — política ou passional, as circunstâncias e o clamor popular reforçam a tese de que João Carneiro teria sido o mandante, permanecendo o caso envolto em lacunas documentais e conjecturas históricas. Uma testemunha no processo cita Anna Jacintha de São José como o motivo real da motivação do crime, ciúmes de João, mas nada mais faz referencia a ela no processo, nem comprova qualquer relacionamento dela com Manoel/Antonio Sampaio, que era casado com Ana Felizarda de Resende. Assim, a suposta ligação entre Anna Jacintha e o episódio permanece no campo das conjecturas, sem respaldo documental consistente. Tampouco existe qualquer outra prova histórica que indique relacionamento entre Dona Beja e Manoel Fernandes de Sampaio, como sustenta o mito difundido posteriormente.

Sob o céu de Bagagem: tempo de regeneração e recolhimento

Abalada pela morte da filha Thereza, do genro Joaquim e da neta Theodora, Ana Jacinta de São José deixou Araxá e decidiu transferir-se para Bagagem — atual Estrela do Sul — onde já viviam sua filha Joana e o genro Clementino. A mudança marcou um período de recolhimento e busca por serenidade após sucessivas perdas familiares.

Naquele período, a região vivia grande efervescência em razão da descoberta de diamantes. Pouco antes de sua chegada, havia sido encontrado o célebre Estrela do Sul, considerado até então o diamante mais valioso do mundo, fato que desencadeou uma intensa corrida garimpeira e atraiu inúmeros aventureiros em busca de fortuna.



Bagagem – Final do Século XIX

Inserida nesse novo contexto, Dona Beja passou a dedicar-se à atividade mineradora, investindo na exploração de diamantes. Com o tempo, porém, adotou um estilo de vida mais reservado, centrado na convivência familiar, no cuidado com os netos, na prática da caridade e no fortalecimento da fé religiosa — inaugurando uma fase mais serena e recolhida de sua trajetória.

Segundo relatos de suas bisnetas, esse período foi entendido pela família como um tempo de regeneração. Dona Beja teria passado a frequentar apenas a casa da filha e a igreja, afastando-se da vida social mais ampla. Contam ainda que adotou o uso de lenço na cabeça e passou a trançar os cabelos castanho-dourados, que mais tarde foram cortados e guardados por muitos anos como lembrança afetiva. Essas tranças permaneceram sob a guarda de uma de suas netas, preservadas como relíquia da memória familiar. Viveu ali até falecer, em 20 de dezembro de 1873.



Casa em que Dona Beja morreu, no atual município de Estrela do Sul, em Minas Gerais / Crédito: Pedro Divino Rosa

A Descendência de Dona Beja

I – Thereza Thomázia de Jesus. Uniu-se a Joaquim Ribeiro da Silva Botelho, formando um núcleo familiar que daria origem a diversos ramos da família Ribeiro da Silva Botelho. Thereza e Joaquim faleceram de febre reumática no ano de 1853. Entre seus filhos, destacam-se:

1. TheodoraFortunataJacintha da Silva Casou-se, em 9 de novembro de 1856, com Fortunato José da Silva Botelho (1812–1890), faleceu no parto do primeiro filho, juntamente com o bebê.

2. Joaquim Ribeiro da Silva Botelho (1838–1899) Casou-se com Maria Sibila de França. Deste matrimônio nasceram:

- Orozimbo Ribeiro, que se uniu a Armênia da Costa Carneiro;

- Joaquim Ribeiro da Silva Botelho;

3. Francisco Ribeiro da Silva Botelho (n. 1840), casado com Angélica Magalhães.

Desta união nasceu

Joaquim Magalhães, que se casou com Theodolinda dos Santos Magalhães.

4. Saturnino Ribeiro da Silva (1841–1900)

5. José Ribeiro da Silva Botelho (n. 1844) Casou-se com Anna Theodora de Castro, sendo pai de:

- José Ribeiro da Silva Botelho, que se uniu a Joaquina Thereza de Rezende.

6. Antonio Joaquim Ribeiro (1846–1900) Casou-se com Maria Clementina da Glória. Tiveram como filha:

- Thereza Arminda do Amor Divino, que se uniu a Olinto Clementino de Paula.

7. Ana Ribeiro da Silva Botelho (n. 1847)

II – Joana de Deus de São José (1838–1913)

Joana de Deus de São José contraiu matrimônio com Clementino Martins Borges (1835–1910), natural de Patos de Minas, filho de Joaquim Martins Borges e Thereza Thomázia de Jesus. Entre seus descendentes encontram-se:

1. Ester Martins Borges (n. 1848) Casou-se com Pio Luiz de Mendonça. Foram pais de:

- José Luiz Mendonça, casado com Rita Pereira Mendonça

- Pio Luiz da Costa, casado com Maria Ana de Jesus

2. João Clementino Borges (n. 1852) Casou-se com Isolina Prado Borges. O casal teve numerosa prole:

- Gastão Borges (casado com Elza de Mello Brandão)
- Haideé Borges (casada com Idelfonso Evangelista da Rocha)

- João Borges

José Clementino Borges (casado com AvanyDayrell Borges)

- Clementino Borges

- Ester Borges

Henriqueta Borges Campos (casada com Randolfo da Silva Campos)

- Isaura Borges

- Maria da Ressurreição Caixeta

- Romualdo Borges

3. Arthur Martins Borges (n. 1854)

4. Haydée Clementina do Amor Divino (1856–1939) Casou-se com José Gonçalves de Souza. Deste casamento

descendem:

- Antenor de Souza (casado com Maria Nazareth de Souza)

- Alberto de Souza (falecido criança)

Alberto Gonçalves de Souza (casado com Ana Brasileiro de Souza)

- Anna de Souza

Amazilis de Souza Braga (casada com Hermano d'Oliveira Braga)

- Joana de Souza Aguiar (casada com Joaquim Aguiar)

- Maria de Souza Dayrell (casada com Antonino Dayrell)

- Genésio de Souza (casado com Eulina de Souza)

5. Amaziles Martins Borges (n. 1860) Casou-se com AlamyDelascarDalberico. Tiveram como filho:

- João AlamyDelascar, que se uniu a Deolinda Paes de Almeida.

6. Edmundo Martins Borges (n. 1862)

7. Antonio Martins Borges

8. Mercedes Clementina Borges. Casou-se com Leandro José Borges. Foram pais de :

- Clementina Borges Ribeiro, que se uniu a Pedro Ribeiro da Silva.



Haydée Clementina do Amor Divino e José Gonçalves de Souza



Bisnetos de Dona Beja, filhos de Haydée e José Gonçalves: Amazilis (Zita), Joana (Nhá), Ana (Totinha), Alberto (Berto) e Maria (Quinha).



Clementina Borges Ribeiro, bisneta de Dona Bejae seu esposo Pedro Ribeiro da Silva

Testamento de Anna Jacintha de São José



“Em nome de Deos Amem. Eu, Anna Jacintha de São Jozé, nascida e baptizada na Freguezia de São Jozé, digo na Freguezia da Cidade da Formiga, desta Provincia de Minas Geraes, filha natural de Maria Bernarda dos Santos, já fallecida, faço meu testamento e disposição de minha vontade pela maneira seguinte: Declaro que tenho sempre vivido em estado de solteira, e neste estado tive duas filhas, a saber, Dona Thereza de Jesus, digo Dona Thereza Thomazia de Jesus, casada que foi com Joaquim Ribeiro da Silva, ambos já fallecidos; e Dona Joanna de Deos de São Jozé, casada com Clementino Martins Borges. Ambas estas filhas são as minhas herdeiras, representando à aquella que é fallecida, seus filhos e meus netos = Joaquim Ribeiro da Silva, Doutor Francisco Ribeiro da Silva, Saturnino Ribeiro da Silva Botelho, José Ribeiro da Silva Botelho, e Antonio Joaquim Ribeiro Botelho, que da terça parte disponha como se segue = Declaro que sou indigna Irmã de Nossa Senhora do Carmo, em cujo hábito será meu corpo envolto, assim mais de São Francisco, de Nossa Senhora Mãe dos Homens da Terra Santa, e de Santo Antonio. O meu testamenteiro pagará os anuais que eu ficar devendo. Declaro que meu testamenteiro fará meu funeral decente, mas sem pompa, e à sua disposição; desejo ser sepultada, se for possível, na Igreja Matriz, sendo acompanhada pelos Sacerdotes que se acharem, os quaes me dirão uma Missa de Corpo Presente, e um oitavário seguido. Meu testamenteiro mandará diser as missas seguintes: Cincoenta pelas almas do Purgatório, em compensação de alguma promessa que deva e tenha me passado pela lembrança; vinte por alma de meos pais, e vinte por alma d’aquelas pessoas com quem tenho tido negócios. Declaro que dei a minha filha Dona Thereza, a quantia de duzentos mil réis, e pouco depois uma escrava de nome Maria Crioula, que custou quinhentos mil réis, devendo seus herdeiros faser a collação, não só aquella quantia, como preço desta escrava, não porém as produções, pois que em regra pertencem a Donatária. Fiz-lhe mais doação de algum ouro lavrado, meia dúzia de talheres de prata, e algum dinheiro aos netos recém nascidos para serem empregados por seos pais, um novilho para os mesmos. Declaro que dei a minha filha Dona Joana, quando ainda menor, uma escrava de nome Luiza, cabra, de idade que tinha então, cujo valor deve fazer a collação, não assim as produções, por serem privativamente suas. Também fiz-lhe doação de uma morada de casas, cita nesta mesma rua em que reside, pouco acima da casa de minha residência. Declaro que é minha vontade que por meu fallecimento se guardar, da qual lhe faço doação; ou aliás a quantia de um conto de réis em dinheiro, qual mais preferir a dita minha filha. Declaro que os meus escravos, Martinho e Delfina (casados), continuarão a servir como escravos; aquella por seis annos, e esta por quatro, a contar-se de meu fallecimento, findos os quaes o meu Testamenteiro lhes passará Carta de liberdade. Gozará deles serviços a mesma herdeira de minha terça. Nomeio e peço que sejão meos testamenteiros, em primeiro lugar meu genro Clementino Martins Borges; em segundo lugar meo neto Doutor Francisco Ribeiro da Silva; e em terceiro lugar meu Irmão Francisco Antonino Rodrigues; a cada um dos quaes habilito in solidum administrar os bens respectivos; e ao que aceitar este encargo, deixo de prêmio cem mil réis, com tempo de um anno para prestação de contas em juízo. É este o meu solene testamento, que estando em meo perfeito juizo e entendimento, e ignorando a hora em que Deos tem de chamar-me, é a minha última vontade que queira se cumprir, depois da minha morte, para que peço as justças de meo Paiz lhe dê todo vigor e cumprimento, e por este revoga outro qualquer com data anterior; e por não saber ler nem escrever, vai escripto e assignado a meo rogo por Francisco de Paula Ramos Horta, e depois de ler achei em tudo conforme minha vontade segundo lhe havia dictado. Cidade da Bagagem, dez de junho de mil oito centos e sessenta e nove. Eu que este escrevi, assigno a rogo da testadora Dona Anna Jacinta de São José. Francisco de Paula Ramos Horta.”

O testamento de Anna Jacintha de São José, lavrado em 1869 na então Cidade da Bagagem), revela aspectos importantes da sociedade mineira no período do Império, sob Dom Pedro II. Embora solteira, ela teve duas filhas e demonstra significativa autonomia patrimonial, administrando bens como imóveis, dinheiro, ouro, prata e pessoas escravizadas. O documento evidencia organização jurídica cuidadosa, com previsão de colação de doações, disposição da terça, nomeação sucessiva de testamenteiros e observância das regras sucessórias vigentes. Também expressa profunda religiosidade católica, perceptível na invocação inicial, no desejo de sepultamento na Igreja Matriz, na determinação de missas em sufrágio da alma e na vinculação a irmandades religiosas.

Ao mesmo tempo, o texto expõe a naturalização da escravidão como parte integrante do patrimônio familiar, mencionando escravizados avaliados monetariamente e transmitidos como bens, embora conceda alforria futura e condicionada a dois deles. Produzido quase vinte anos antes da Lei Áurea, o testamento reflete uma sociedade ainda estruturada pelo regime escravocrata, na qual fé, família, propriedade e hierarquia social estavam profundamente entrelaçadas. Assim, trata-se de um documento que combina dimensão íntima e espiritual com forte valor histórico, jurídico e social para a compreensão do Brasil oitocentista.

Nesse contexto, articulando religiosidade, organização patrimonial e inserção social, Anna Jacintha de São José emerge como uma figura representativa do Brasil imperial: uma mulher solteira que exerceu autonomia econômica, estruturou cuidadosamente a sucessão de seus bens e demonstrou preocupação tanto com a equidade entre herd-

eiros quanto com a salvação de sua alma. Sua atuação revela prudência, consciência jurídica e forte identidade católica, ao mesmo tempo em que evidencia as contradições de seu tempo, pois administrava e transmitia pessoas escravizadas como parte legítima do patrimônio, ainda que tenha previsto alforrias condicionadas. Assim, sua personalidade histórica combina devoção, autoridade doméstica e racionalidade patrimonial, sintetizando valores centrais da sociedade mineira oitocentista.

O inventário de Dona Beja, foi feito em 1874 revela um patrimônio expressivo e diversificado. Entre os bens listados aparecem joias de ouro — como um rosário avaliado em 72\$000, brilhantes, mobiliário de valor, relógio de parede, silhã de belbutina e um lampião a querosene, indicativo de modernidade para a época. Consta ainda a presença de utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, animais e pessoas escravizadas descritas com nome, idade e ofício, avaliadas monetariamente, evidenciando a lógica patrimonial da sociedade na época.

A menção a um colchão de cabelo também chama atenção. No século XIX, esse tipo de colchão era confeccionado artesanalmente com cabelos humanos, por vezes misturados à crina ou lã. Valorizado pela durabilidade, firmeza e boa ventilação, tinha custo mais elevado e exigia cuidados específicos de manutenção, sendo por isso predominantemente utilizado pela elite. Considerado mais higiênico do que os colchões de palha, podia ser conservado por muitos anos com limpeza e arejamento periódicos.

Com base nesse conjunto de bens, o inventário permite delinear o perfil de Ana Jacinta de São José como uma mulher abastada, inserida na elite urbana mineira do século

XIX, proprietária de imóveis, objetos de luxo e pessoas escravizadas, refletindo sua posição social e o contexto econômico e escravista de seu tempo.

O Valor Histórico e Cultural do Mito de Dona Beja

Ainda que muitos aspectos de sua trajetória se situem no campo da tradição oral e da construção simbólica, o mito de Dona Beja possui enorme valor histórico e cultural. Independentemente da comprovação documental de cada episódio atribuído a ela, sua figura tornou-se um poderoso símbolo regional de beleza, coragem, independência e influência feminina em pleno século XIX. O mito, nesse sentido, ultrapassa a factualidade: ele molda identidades, fortalece a memória coletiva e ajuda a compreender como determinadas comunidades interpretam seu passado. Assim, mais do que a exatidão dos acontecimentos, importa o significado social e cultural que Dona Beja assumiu ao longo do tempo, consolidando-se como personagem fundamental do imaginário mineiro e brasileiro.

Fontes: Livros Dona Beja, de Pedro Divino Rosa; LEONARDOS, Thomas. A feiticeira do Araxá. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 1971; Montandon, Rosa Maria Spinoso. Dona Beja: Desvendando o Mito, 2004; ESCOREL, Ana Luisa. Dona Josefa. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2019. Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital – jornais de época; Livros parquiais de Estrela do Sul e Araxá – familysearch.org/www.arquivonacional.gov.br; www.araposadachapada.com.br; Jornal Astro de Minas 1827 a 1839; Arquivos da Fundação Cultural Calmom Barreto; Colaboração Raquel Leão e Madalena Aguiar da FCCB e de Iara Maria Jacob, descendente de Anna Jacintha.